

PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.º Ciclo | 2022 – 2027

VOUGA, MONDEGO E LIS (RH4A)



Participação Pública | Avaliação dos resultados

Agosto | 2023



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	1
1.1. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL	2
1.2. OBJETIVOS	4
2. ANTECEDENTES – 1ª E 2ª FASES	5
2.1. CALENDÁRIO E PROGRAMA DE TRABALHOS	6
2.2. QUESTÕES SIGNIFICATIVAS DA GESTÃO DA ÁGUA.....	6
3. VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE	8
3.1. METODOLOGIA	9
3.2. DIVULGAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO	10
3.3. SESSÕES DE ESCLARECIMENTO E CONSULTA REALIZADAS	14
3.3.1. SESSÕES REGIONAIS.....	14
3.3.2. SESSÃO COM OS SETORES	16
3.4. ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO	19
3.5. CONTRIBUTOS RECEBIDOS E ANÁLISE.....	20
4. BALANÇO GERAL	23
ANEXOS	25
ANEXO I - Ficha de inscrição na(a) sessão(ões) de participação pública	26
ANEXO II - Presenças na sessão pública do PGRH do Vouga, Mondego e Lis.....	28
ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores	30
ANEXO IV - Fichas de avaliação da(a) sessão(ões) de participação pública	34
ANEXO V - Notas da sessão pública e da sessão setorial	37
ANEXO VI - Fichas de Contributos.....	46
ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica	47

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.....	2
Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA	3
Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos	6
Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública.	9
Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH.....	10
Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH	11
Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no <i>site</i> da APA e no Portal Participa	12
Figura 3.5 – Programa da sessão pública da versão provisória do PGRH do Vouga, Mondego e Lis	15
Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores	16
Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais	17
Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais	18

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA.....	7
Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos.....	9
Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões.....	13
Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional	13
Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada	13
Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional	15
Quadro 3.6 – Forma de participação nas sessões	19
Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada	20
Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por e-mail e no portal participa	21
Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública	24



1. ENQUADRAMENTO

1.1. Quadro legal e institucional

A participação ativa das partes interessadas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH é um dos pontos-chave para a DQA – Diretiva Quadro da Água (artigo 14.º) e para a Lei da Água (artigos 26.º, 84.º e 85.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual) enquanto motor para o sucesso da prossecução dos seus objetivos, na medida em que contribui para:

- Processos de tomada de decisão mais sustentados;
- Maior entendimento dos problemas ambientais e das contribuições dos vários setores para serem atingidos os objetivos ambientais;
- Diminuição de eventuais conflitos sobre os usos da água, por desconhecimento ou falta de informação;
- Envolvimento dos utilizadores e *stakeholders* na implementação das medidas.

No entanto, a DQA/LA exigem mais do que a disponibilização de informação e a consulta pública. Exigem que seja encorajado o envolvimento ativo dos *stakeholders* em todos os aspetos de implementação destes diplomas. A participação ativa e consciente de todos os interessados deve contribuir de forma decisiva para a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos sendo que, para que sejam alcançados, o processo de participação pública deve basear-se em três pontos principais:

- Na informação, assegurando a transmissão e divulgação dos factos;
- Na consulta, através da auscultação dos interessados;
- No envolvimento ativo dos interessados, na decisão.

A participação e a informação em matéria de ambiente são ainda condições inerentes à promoção do direito ao ambiente e como tal reconhecidas pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a Convenção de Aarhus.

A Figura 1.1 sintetiza os principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.

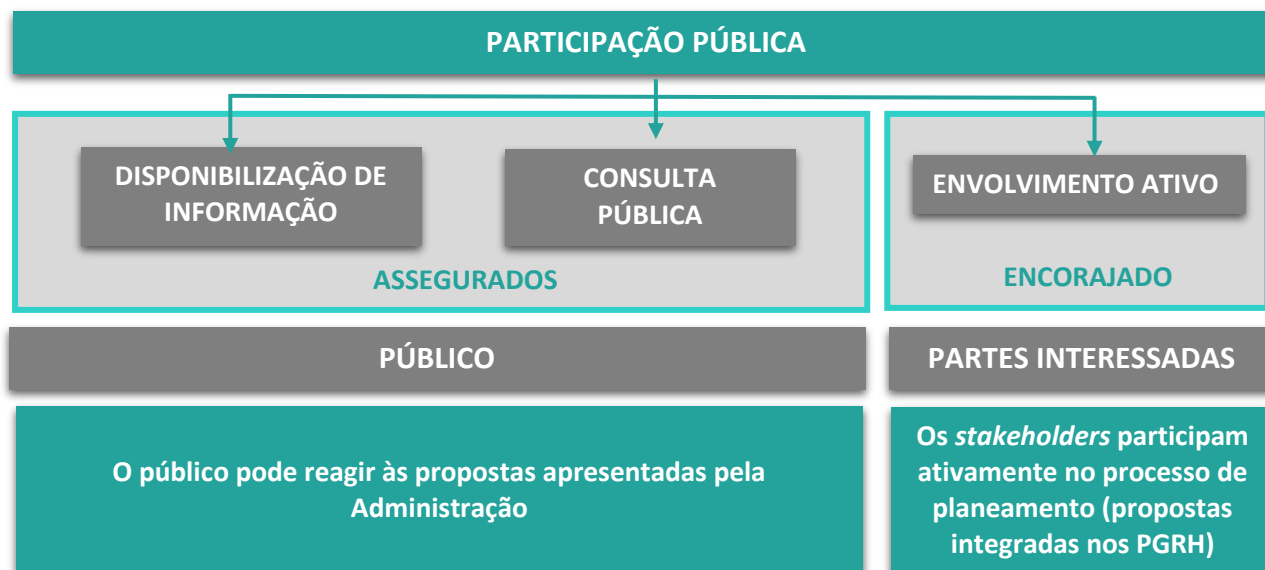


Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA

No que respeita ao enquadramento institucional, nos termos do artigo 84.º da Lei da Água, compete ao Estado, através da autoridade nacional da água (Agência Portuguesa do Ambiente, IP - APA), promover a participação ativa das pessoas singulares e coletivas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH, bem como assegurar a divulgação da informação ao público em geral e em especial aos utilizadores dos recursos hídricos, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação aplicável.

Por seu lado, o artigo 26.º da Lei da Água determina que, na elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planeamento das águas seja garantida:

- A intervenção dos vários departamentos ministeriais que tutelam as atividades interessadas no uso dos recursos hídricos e dos organismos públicos a que esteja afeta a administração das áreas envolvidas;
- A participação dos interessados através do processo de discussão pública e da representação dos utilizadores nos órgãos consultivos da gestão das águas;
- A publicação prévia, nomeadamente no sítio eletrónico da autoridade nacional da água, de toda a informação relevante nos termos do artigo 85.º, na qual se enquadra o procedimento de participação pública.

Em cada ciclo de planeamento ocorrem três fases de participação pública em que os interessados são convidados a participar e a apresentar os seus comentários durante um período de seis meses (Figura 1.2):

- 1.ª Fase - O calendário e o programa de trabalhos para a elaboração de cada PGRH, incluindo as medidas de consulta a adotar, com a antecedência mínima de três anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;
- 2.ª Fase - A síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água (QSiGA) que tenham sido identificadas na região hidrográfica, com a antecedência mínima de dois anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;
- 3.ª Fase - O projeto do PGRH, com a antecedência mínima de um ano em relação ao início do período a que se refere o PGRH.



Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA

1.2. Objetivos

O presente documento tem como objetivos apresentar os resultados dos procedimentos de participação pública empreendidos no âmbito 3º ciclo de planeamento, consubstanciado pela revisão e atualização do PGRH do Vouga, Mondego e Lis para o período 2022-2027, nos termos do preconizado pela Diretiva Quadro da Água/Lei da Água.

Este relatório de avaliação descreve os procedimentos de participação pública desenvolvidos no âmbito do processo de revisão e atualização do PGRH do anterior ciclo de planeamento, incluindo resumidamente os seguintes aspetos:

- a) Metodologias utilizadas;
- b) Formas de divulgação e disponibilização da informação;
- c) A avaliação das sessões públicas e das sessões setoriais realizadas;
- d) Os contributos recebidos e respetiva análise;
- e) A avaliação global, incluindo os aspetos positivos e negativos como forma de melhorar os procedimentos futuros

A informação integrada neste documento dá maior destaque ao procedimento relativo à versão provisória do PGRH (3.ª Fase) uma vez que para as fases anteriores relativas ao Calendário e Programa de Trabalhos (1ª Fase) e à identificação QSiGA, foram elaborados os respetivos relatórios de avaliação de resultados, disponíveis no *site* da APA.

2. ANTECEDENTES – 1ª e 2ª FASES

2.1. Calendário e Programa de Trabalhos

O procedimento de participação pública do Calendário e Programa de Trabalhos definidos para a elaboração do PGRH relativo ao 3.º ciclo de planeamento, decorreu entre 22 de dezembro de 2018 e 22 de junho de 2019, tal como estabelecido no artigo 14.º da DQA e no artigo 85.º da LA. As etapas de elaboração do calendário e programa de trabalhos são apresentadas na Figura 2.1.

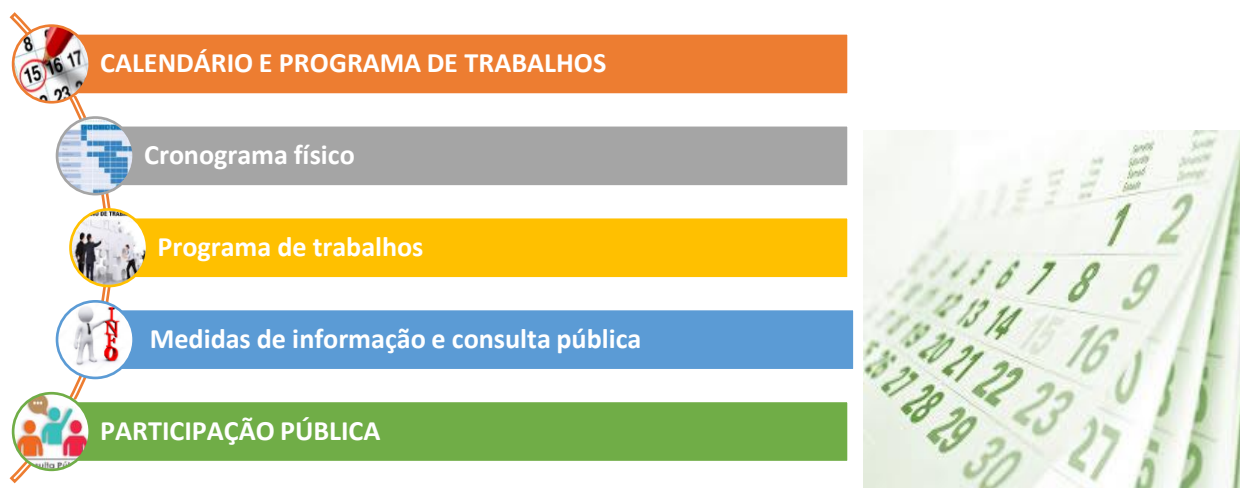


Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos

A informação relativa a este procedimento foi disponibilizada em formato digital no *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo sido rececionados no decurso do período de participação pública, quatro contributos de âmbito geral.

Na generalidade, os contributos recebidos versaram sobre situações concretas a acautelar nas fases posteriores do processo de planeamento, designadamente nas versões provisória e final do PGRH, não tendo existido na prática contributos específicos para o calendário e programa de trabalhos.

A baixa participação verificada nesta 1.ª Fase de consulta pública justifica-se sobretudo pelo facto de as temáticas tratadas nesta fase serem basicamente de índole organizativa, relativas à preparação dos trabalhos a realizar nas fases subsequentes do 3.º ciclo de planeamento.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no [site](#) da APA.

2.2. Questões Significativas da Gestão da Água

O procedimento de participação pública das QSiGA, promovido pela APA nos termos preconizado pela DQA (artigo 14.º) e pela Lei da Água (artigo 85.º), decorreu entre 22 de dezembro de 2019 e 15 de setembro de 2020, tendo o período inicialmente previsto de 6 meses sido alargado face ao Estado de Emergência que esteve em vigor entre 18 de março e 2 de maio de 2020, devido à pandemia provocada pela COVID-19.

A divulgação do processo de participação pública das QSiGA foi efetuada através do *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo ainda disponibilizado um inquérito online que integrou as questões sobre a documentação técnica apresentada.

Para esta RH foram realizadas as sessões *on-line* indicadas no Quadro 2.1

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA

Tipo de sessão	Data
Regional	08.julho.2020
Setorial nacional	15.setembro.2020

A sessão setorial nacional integrou uma sessão plenária geral, seguida de quatro sessões paralelas com os setores “agrícola e pecuária”, “urbano e turismo”, “indústria, energia, aquicultura e pescas” e “biodiversidade e investigação”.

Especificamente para esta RH, foram recebidos durante o período de participação pública 19 contributos escritos, 37% dos quais enviados a pela administração local e por associações profissionais. De uma forma geral existiu concordância com as QSiGA identificadas, sendo que maioria dos contributos foram sugestões a integrar em sede do programa de medidas do PGRH.

A avaliação global (todas as RH) do procedimento de participação pública das QSiGA do 3.º ciclo dos PGRH foi muito positiva tendo-se verificado, relativamente ao procedimento homólogo do 2.º ciclo, um aumento de cerca de 60% no que se refere ao número de participações. Foram recebidos contributos de 67 entidades/particulares, nove dos quais direcionados para todas as regiões.

Apesar de todas as restrições impostas pela pandemia provocada pela COVID-19 e das adaptações que foram forçosamente implementadas, a participação foi bastante ativa quer de forma direta durante as sessões públicas *online*, quer através do envio de contributos essenciais para a melhoria do processo de planeamento, demonstrando o interesse e a consciencialização crescentes dos setores, do poder local e da sociedade civil, sobre as temáticas da água.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no [site](#) da APA.

3. VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE

3.1. Metodologia

O procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH foi estruturado de acordo com o esquema apresentado na Figura 3.1.

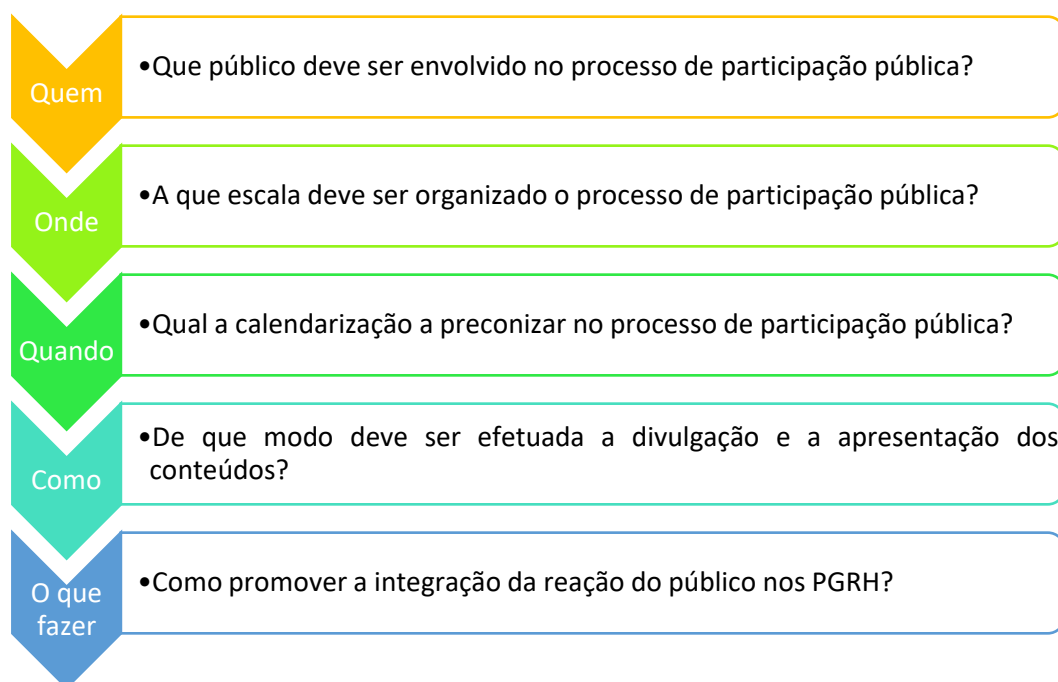


Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública.

Para cada um destes aspetos, a avaliação foi efetuada:

- Comparando o preconizado na DQA/LA com o que foi efetuado;
- Recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos que resultam da análise da informação recolhida nos inquéritos efetuados;
- Com base nos contributos e sugestões efetuadas pelos interessados.

Assim, e de modo a sistematizar a informação para cada um destes itens foi elaborada uma Ficha Síntese, com a estrutura indicada no Quadro 3.1 e que se apresenta nos itens seguintes.

Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos.

O QUE FOI FEITO: Neste ponto foram descritas as tarefas empreendidas para o desenvolvimento do processo de participação pública da versão provisória do PGRH.
INDICADORES: Foram desenvolvidos indicadores (p.e. n.º de inscritos nas sessões públicas) que permitem quantificar o desempenho deste processo e avaliar os resultados obtidos no âmbito dos mecanismos de participação implementados. De modo a facilitar a leitura, e tornar a avaliação mais apelativa, essa informação foi, sempre que possível, apresentada sob a forma de gráficos e figuras.

RESULTADOS: Foram analisados todos os contributos remetidos pelas seguintes vias: • Email; • PARTICIPA; • Sessões de participação pública.	AValiação: Com base na análise de todos os contributos recebidos, foi realizada uma avaliação quanto à sua incorporação na versão final do PGRH.
---	---

3.2. Divulgação e disponibilização de informação

O QUE FOI FEITO:

A. DIVULGAÇÃO

A divulgação do processo de participação pública da versão provisória do PGRH foi efetuada através do [site](http://www.apambiente.pt) da APA (www.apambiente.pt) e no Portal PARTICIPA (<http://participa.pt>) conforme ilustrado na Figura 3.2 e Figura 3.3.



Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH



Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH

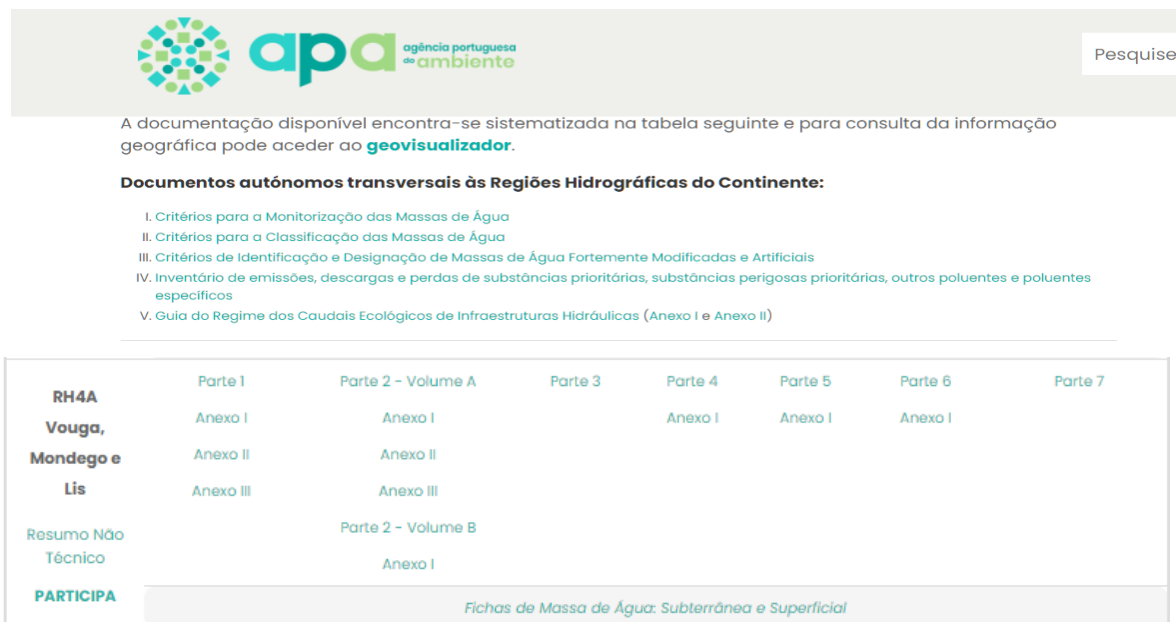
Foi ainda efetuada divulgação via e-mail (cerca de 1000 endereços de correio eletrónico) e em casos particulares, nomeadamente no que se refere à divulgação da sessão setorial, foi enviado um convite, também via e-mail, para as entidades selecionadas.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação de suporte, constituída pelos seguintes documentos (Figura 3.4), foi disponibilizada no [site](#) da APA e no Portal PARTICIPA:

- Parte 1 - Enquadramento e Aspetos gerais
- Parte 2 - Caracterização e Diagnóstico
- Parte 3 - Análise Económica das Utilizações da Água
- Parte 4 - Cenários Prospetivos
- Parte 5 - Objetivos
- Parte 6 - Programas de Medidas
- Parte 7 - Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação
- Fichas de Massa de Água: Subterrânea e Superficial
- Documentos autónomos transversais às Regiões Hidrográficas do Continente:
 - Critérios para a Monitorização das Massas de Água
 - Critérios para a Classificação das Massas de Água
 - Critérios de Identificação e Designação de Massas de Água Fortemente Modificadas e Artificiais
 - Inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias, substâncias perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos

- Guia do Regime dos Caudais Ecológicos de Infraestruturas Hidráulicas (Anexo I e Anexo II)
- Resumo não Técnico



A documentação disponível encontra-se sistematizada na tabela seguinte e para consulta da informação geográfica pode aceder ao [geovisualizador](#).

Documentos autónomos transversais às Regiões Hidrográficas do Continente:

- I. Critérios para a Monitorização das Massas de Água
- II. Critérios para a Classificação das Massas de Água
- III. Critérios de Identificação e Designação de Massas de Água Fortemente Modificadas e Artificiais
- IV. Inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias, substâncias perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos
- V. Guia do Regime dos Caudais Ecológicos de Infraestruturas Hidráulicas (Anexo I e Anexo II)

	Parte 1	Parte 2 - Volume A	Parte 3	Parte 4	Parte 5	Parte 6	Parte 7
RH4A	Anexo I	Anexo I		Anexo I	Anexo I	Anexo I	
Vouga,	Anexo II	Anexo II					
Mondego e	Anexo III	Anexo III					
Lis							
Resumo Não Técnico		Parte 2 - Volume B					
PARTICIPA		Anexo I					

Fichas de Massa de Água: Subterrânea e Superficial

Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no site da APA e no Portal Participa

Para o envio de contributos foi privilegiado o PARTICIPA e o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt.

INDICADORES:

A. DIVULGAÇÃO

Para avaliar o desempenho na divulgação do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH consideram-se os seguintes indicadores:

1. Número de entidades contactadas;
2. Número de inscritos nos eventos realizados;
3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes;
4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados.

1. Número de entidades contactadas

Foram convidadas a participar na sessão setorial de âmbito nacional, cerca de 170 instituições, cuja caracterização se efetua no ponto 3.3.2.

2. Número de inscritos nos eventos promovidos

Inscreveram-se na sessão regional 86 interessados, tendo a sessão contado efetivamente com 94 presenças, cuja caracterização se efetua no ponto 3.4.

3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes

Através da aplicação do inquérito de satisfação efetuado após cada sessão de participação pública, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.2. relativamente à Questão: “Existiu uma adequada divulgação da sessão?”.

Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	3,89
Setorial	3,74
Média global	

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

No âmbito da informação facultada através da ficha de inscrição da sessão dinamizada no dia 8 de julho de 2022, foi possível obter os resultados apresentados no Quadro 3.3, através da resposta à Questão: “Como tomou conhecimento deste evento?”.

Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional

E-mail Institucional (%)	Participação em outro evento (%)	Recomendação colega/amigo (%)	Site Institucional (%)	Comunicação social ou redes sociais /outro(%)
51	-	9	37	3

4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados

Foram recebidos pela APA contributos de 30 entidades/cidadãos, cuja avaliação é detalhadamente apresentada no ponto 3.6. e respetivos anexos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

Para avaliar a informação técnica disponibilizada no procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH, considerou-se o seguinte indicador, que consta da ficha de avaliação das sessões disponibilizada para o efeito.

1. Informação disponibilizada adequada

Nas fichas de avaliação disponibilizadas a todos os participantes, a Questão n.º 3 - “A informação disponibilizada foi adequada” obteve os resultados apresentados no Quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	4,05
Setorial	3,62
Média global	3,83

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

RESULTADOS:**A. DIVULGAÇÃO**

Inscreveram-se na sessão regional promovida, 101 interessados e foram convidadas para a sessão setorial cerca 170 instituições.

Foram recebidos contributos de 30 entidades/cidadãos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

A Questão n.º 3 -“ A informação disponibilizada foi adequada” integrada nas fichas de avaliação das sessões, teve um resultado médio de 4,05.

AVALIAÇÃO:

Da análise efetuada aos elementos apresentados pode concluir-se que:

- O processo de divulgação das sessões foi globalmente muito positivo, atendendo ao número de participantes envolvidos nas sessões e aos contributos recebidos.
- Segundo a avaliação efetuada pelos inquiridos, pode considerar-se que, em termos gerais, a informação disponibilizada foi adequada.

3.3. Sessões de esclarecimento e consulta realizadas

3.3.1. Sessões regionais

O QUE FOI FEITO:

A APA, através do seu departamento de Administração de Região Hidrográfica do Centro (ARH Centro), em estreita articulação com o Departamento de Recursos Hídricos (DRH), promoveu no dia 8 de julho de 2022, em formato híbrido (presencial e *online*), a sessão de participação pública do PGRH do Vouga, Mondego e Lis.

As inscrições foram efetuadas através da disponibilização de um formulário *online* no *site* da APA, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I.

As apresentações efetuadas durante a sessão estão disponíveis no [site](#) da APA, sendo que o programa está ilustrado na Figura 3.5. e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentado no Anexo V.

O que são os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH)?

Os PGRH são instrumentos de planeamento das águas preconizados pela Diretiva Quadro da Água (DQA), transposta pela Lei da Água, que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica. São elaborados por ciclos de planeamento, sendo revisados e atualizados de seis em seis anos.

Participação Pública

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) promove até 31 de outubro de 2022, o procedimento de participação pública relativo à versão provisória dos PGRH 2022-2027.

Inscrições

As inscrições são gratuitas mas obrigatórias em **PARTICIPA**. Os documentos podem ser consultados no **site da APA** ou diretamente no portal **PARTICIPA** onde pode deixar os seus contributos.

Como participar?

Após consultar a informação disponível nos locais indicados, os interessados poderão emitir as suas opiniões, sugestões ou reclamações por escrito e dirigidas ao presidente da APA e remetidas até à data de termo da consulta, podendo para o efeito ser usado o portal **PARTICIPA**.

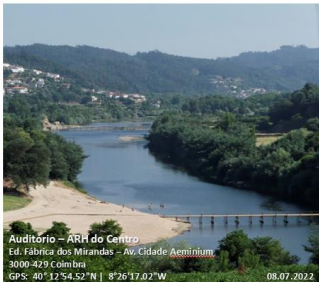
Contactos

APA - Sede
Rua de Marquês, 819A - Zambujal Ap. 7585
2611-865 Amadora
Tel: (+351) 214 728 200

APA - ARH do Centro
Edifício Fabrika das Mirandas
Avenida Cidade de Zambujal
3000-433 Coimbra
Tel: (+351) 239 850 200
pgrh@sanambiente.pt

**Plano de Gestão da Região Hidrográfica
Vouga, Mondego e Lis (RH4A)**

Sessão de Participação Pública



Audatório – ARH do Centro
Ed. Fabrika das Mirandas - Av. Cidade Aeminium
3000-433 Coimbra
GPS: 40°12'44.52"N | 8°26'17.02"W
08.07.2022

Programa:

10h30 – Abertura
Nuno Bravo | Administrador de Região Hidrográfica do Centro, APA

11h00 – Apresentação da versão provisória do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis
Paula Garcia | Divisão de Planeamento e Informação da ARH do Centro

11h45 – Debate

12h30 – Encerramento




Figura 3.5 – Programa da sessão pública da versão provisória do PGRH do Vouga, Mondego e Lis

No final da sessão foi disponibilizado um formulário *online* no *site* da APA, para avaliação da satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

INDICADORES:

Para avaliar a sessão regional realizada consideram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de satisfação realizado aos participantes:

1. A sessão foi esclarecedora
2. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate
3. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia
4. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características

O Quadro 3.5. apresenta os resultados obtidos para a sessão.

Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional

A sessão foi esclarecedora	A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate	A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia	Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características
4,05	4,05	4,71	4,68

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 –Concordo e 5 – Discordo.

RESULTADOS:

O inquérito efetuado aos participantes quanto à avaliação geral da sessão obteve resultados muito positivos.

Numa numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo, todas as questões às sessões regionais obtiveram valores médios superiores a 3,89.

AVALIAÇÃO:

O balanço global da sessão regional é muito positivo. Os participantes consideraram que as sessões foram adequadas e úteis e estão interessados em participar em outras fases de consulta pública dos PGRH.

A modalidade de sessões em formato híbrido, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma boa alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

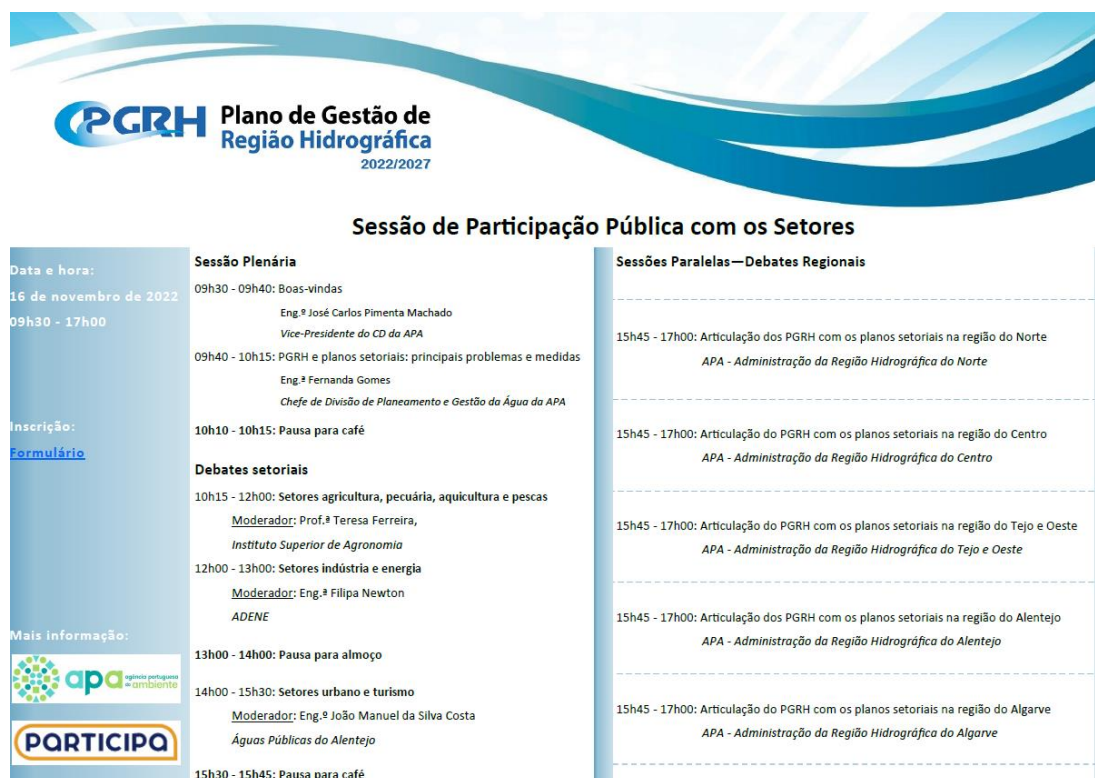
3.3.2. Sessão com os setores

O QUE FOI FEITO:

A intervenção ativa das partes interessadas no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com especial relevo para os principais setores utilizadores dos recursos hídricos, é fundamental para o sucesso de todo o processo de planeamento.

Neste sentido, a APA realizou no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial *online* constituída por uma sessão plenária geral, seguida de três debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo) e finalizando com debates regionais paralelos por ARH.

Para esta sessão foram remetidos convites (Figura 3.6) por *e-mail* para cerca de 170 entidades, tendo as inscrições sido efetuadas através da disponibilização de um formulário *online*, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I. Inscreveram-se 129 entidades (Anexo III).



PGRH Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2022/2027

Sessão de Participação Pública com os Setores

Data e hora:	Sessão Plenária	Sessões Paralelas—Debates Regionais
16 de novembro de 2022 09h30 - 17h00	09h30 - 09h40: Boas-vindas Eng.º José Carlos Pimenta Machado Vice-Presidente do CD da APA 09h40 - 10h15: PGRH e planos setoriais: principais problemas e medidas Eng.º Fernanda Gomes Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão da Água da APA 10h10 - 10h15: Pausa para café	15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Norte APA - Administração da Região Hidrográfica do Norte
Inscrição: Formulário	Debates setoriais 10h15 - 12h00: Setores agricultura, pecuária, aquicultura e pescas Moderador: Prof.ª Teresa Ferreira, Instituto Superior de Agronomia 12h00 - 13h00: Setores indústria e energia Moderador: Eng.º Filipa Newton ADENE 13h00 - 14h00: Pausa para almoço	15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Centro APA - Administração da Região Hidrográfica do Centro
Mais informação:  	14h00 - 15h30: Setores urbano e turismo Moderador: Eng.º João Manuel da Silva Costa Águas Públicas do Alentejo 15h30 - 15h45: Pausa para café	15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Tejo e Oeste APA - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste
		15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Alentejo APA - Administração da Região Hidrográfica do Alentejo
		15h45 - 17h00: Articulação dos PGRH com os planos setoriais na região do Algarve APA - Administração da Região Hidrográfica do Algarve

Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores

No final da sessão foi disponibilizado um formulário *online* sobre satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

As apresentações efetuadas durante esta sessão setorial, estão disponíveis no [site](#) da APA.

A lista de entidades inscritas é apresentada no Anexo III e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentados no Anexo V.

INDICADORES:

Para avaliar a sessão com os setores, consideraram-se os indicadores que integram o formulário de avaliação da sessão, diferenciados para cada momento:

- Primeira parte da sessão referente à sessão plenária e aos debates setoriais;

- Segunda parte constituída pelas sessões paralelas a nível regional.

A - Sessão plenária e debates setoriais

- As sessões foram esclarecedoras;
- A moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate;
- A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia;
- Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características;

A Figura 3.7 apresenta os resultados obtidos para a sessão plenária e debates setoriais.

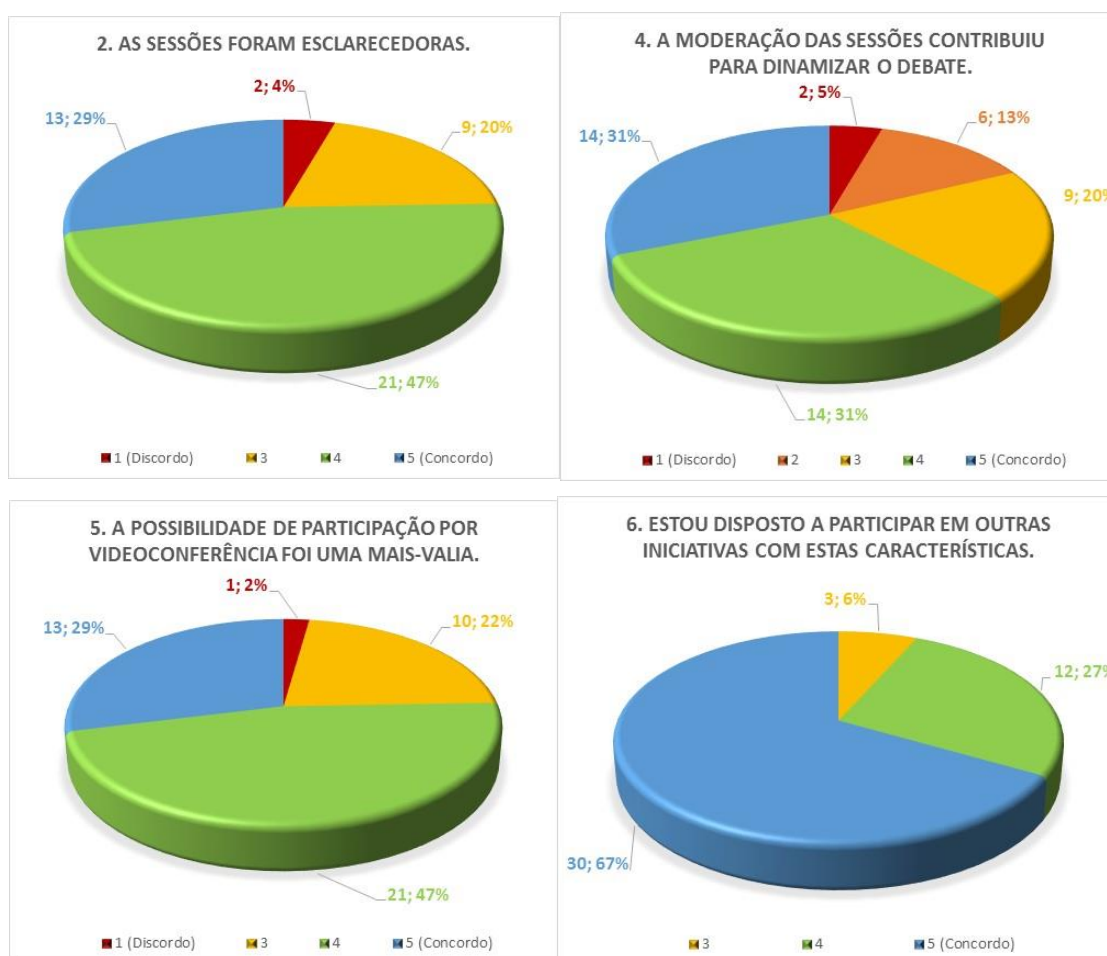


Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais

B – Debates regionais

- A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas;
- A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam;
- A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional;

A Figura 3.8 apresenta os resultados obtidos para os debates regionais (todas as RH).

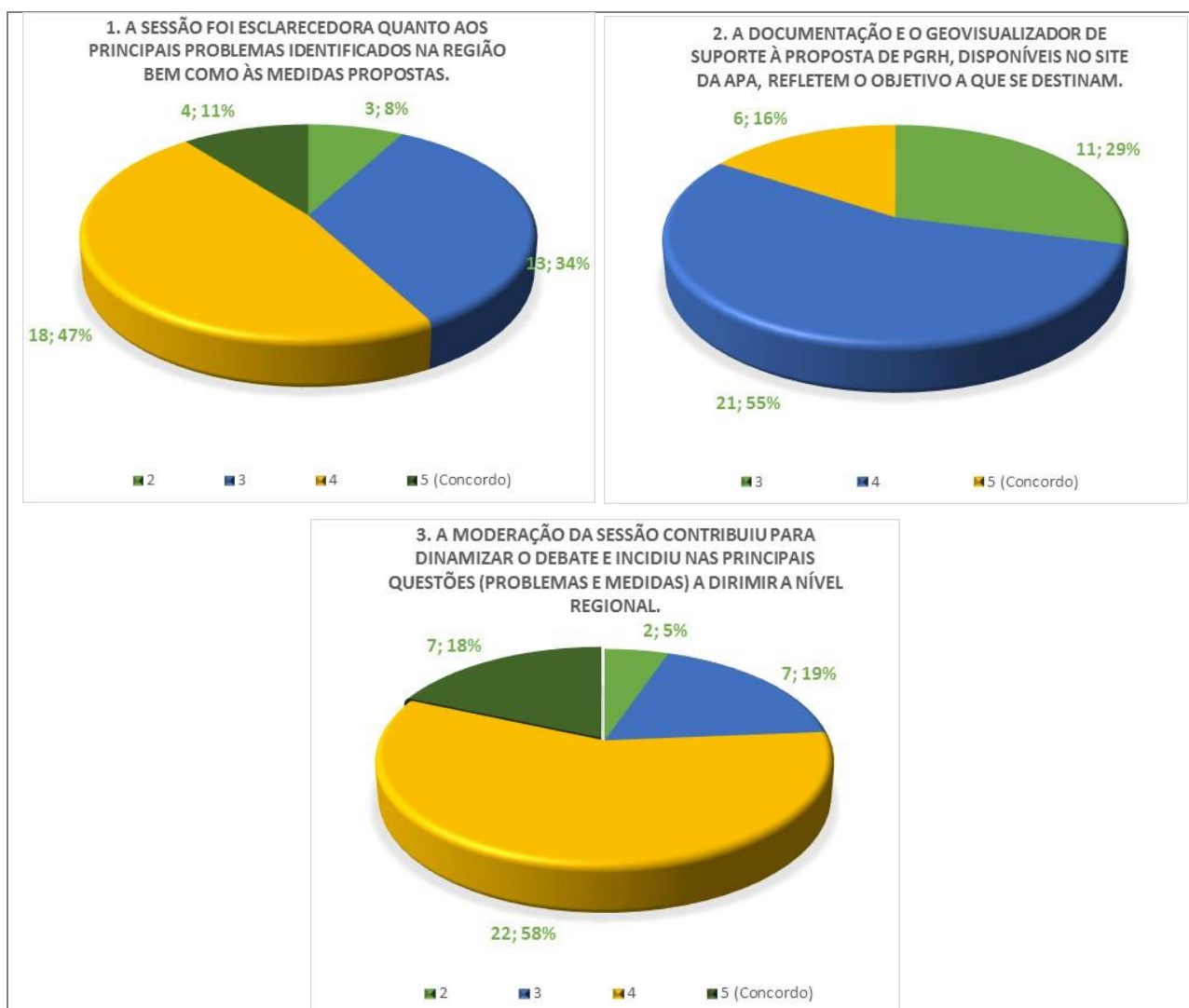


Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais

RESULTADOS:

No que se refere à primeira parte do evento, respeitante à sessão plenária e debates setoriais, as respostas ao formulário disponibilizado aos participantes indica que a maioria dos participantes considera que a sessão foi esclarecedora e que a moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate sendo que estas questões obtiveram valores médios superiores a 3,5 numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

As questões “a possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia” e “estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características” obtiveram valores superiores a 4 em cerca de 69% e de 94%, respetivamente.

AValiação:

O balanço global sobre a sessão com os setores é bastante positivo, a sessão foi considerada esclarecedora, a moderação adequada e a informação disponibilizada reflete o objetivo a que se destina.

A modalidade de sessões *online*, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma excelente alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

No que se refere aos debates regionais, cerca de 71% dos participantes classificou com a pontuação acima de 4 a questão: “A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam”.

As questões sobre “a sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas” e “a moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional”, obtiveram a classificação de 4 valores para 47% e 58% dos participantes, respetivamente.

3.4. Envolvimento do público

O QUE FOI FEITO:

O grande objetivo da APA foi promover a participação do maior número possível de interessados no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com particular enfoque na Administração central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não-governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.

Mais especificamente, foram “convidados” a ter um papel mais ativo neste processo:

- Organismos da administração pública com competências no setor da água;
- Organizações não-governamentais de ambiente (ONGA);
- Associações e organizações dos setores utilizadores da água;
- Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água.

A lista de participantes na sessão regional realizada é apresentada no Anexo II.

INDICADORES:

Para avaliar o público envolvido na sessão regional, consideraram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de inscrição utilizada para o efeito:

1. Forma de participação;
2. Natureza da entidade representada.

1. Forma de participação

Através do preenchimento do campo “Participa nesta sessão: A título individual ou em representação de uma entidade /organização” e “Qual o modo de participar na sessão: Presencial/videoconferência”, incluídas na ficha de inscrição da sessão, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.6.

Quadro 3.6 – Forma de participação nas sessões

Presencial (%) /Online (%)	A título individual (%)	Em representação de uma entidade /organização (%)
33 / 67	8	90

2. Natureza da entidade representada

O Quadro 3.7 sistematiza os resultados obtidos, através do tratamento dos dados da ficha de inscrição, no que diz respeito à natureza das entidades representadas.

Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada

Administração central/regional (%)	Administração local (%)	Associações profissionais (%)	Empresas (%)	Instituições de ensino/ investigação (%)	ONGA (%)	Outras (%)
33	34	4	18	6	3	2

RESULTADOS:

O inquérito efetuado aos participantes quanto à natureza da entidade representada demonstra que cerca de 67% dos participantes é da administração, seja central, regional ou local e que as empresas representam cerca de 18% dos participantes.

Sendo uma sessão mista, verifica-se que a participação por videoconferência é a opção mais representativa com cerca de 67% das presenças.

AVALIAÇÃO:

O balanço global sobre a sessão regional é bastante positivo, a sessão foi considerada esclarecedora, a moderação adequada e a informação disponibilizada reflete o objetivo a que se destina.

A modalidade de sessões *online*, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma excelente alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

3.5. Contributos recebidos e análise

O QUE FOI FEITO:

Os contributos do público nos processos de participação pública são a chave para compreender se as metodologias adotadas foram corretas, se a informação disponibilizada transmitiu eficazmente o que se pretendia e se os interessados se revêm na mensagem transmitida. O envolvimento dos interessados é o ponto de partida para o sucesso do processo de planeamento da DQA.

Neste sentido, foi disponibilizado para o envio de contributos o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt e o site do PARTICIPA.

INDICADORES:

A. CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES DURANTE AS SESSÕES PÚBLICAS

No decurso das sessões públicas realizadas foi concedido um período de apresentação de questões, dúvidas e sugestões por parte dos participantes. As notas referentes aos assuntos debatidos em cada sessão, incluindo as respostas e os esclarecimentos prestados, são apresentados no Anexo V.

B. E-MAIL E PORTAL PARTICIPA

Foram recebidos no e-mail institucional disponibilizado para o efeito e no portal PARTICIPA, os contributos apresentados no Quadro 3.8. A análise formal da sua integração na versão final do PGRH bem como as respetivas justificações encontram-se detalhados no Anexo VI.

Alguns pareceres elencavam contributos no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), os quais não foram considerados no PGRH, tendo sido analisados em sede de PGRI.

Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por e-mail e no portal participa

Identificação do participante	Tipo
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	Empresas
António da Anunciação Duarte	A título individual
APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior	Empresas
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	Empresas
Carlos Alberto da Costa Pereira Simões	A título individual
Comissão Associativa de Melhoramento de Camba	Associações profissionais
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC)	Administração local
Confederação de Agricultores de Portugal (CAP)	Associações profissionais
Diana Fernandes	A título individual
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC)	Administração central/regional
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Administração central/regional
EDP- GESTÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA S.A.	Empresas
EDP Labellec	Empresas
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)	Administração central/regional
FENAREG – Federação Nacional de Regantes	Associações profissionais
Hugo Luís Nogueira Lobo	A título individual
Indáqua Oliveira de Azeméis, S.A.	Empresas
Junta de Freguesia de Fajão-Vidual	Administração local
MARE/ ARNET	Instituições de ensino/ investigação
Município da Guarda	Administração local
Município da Marinha Grande	Administração local
Município de Águeda	Administração local
Município de Ílhavo	Administração local
Município de Leiria	Administração local
Município de Mira	Administração local
Município de São Pedro do Sul	Administração local
Município de Soure	Administração local
Sónia Marina Pereira Luis	A título individual
Turismo de Portugal, IP	Administração central/regional
ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável	ONGA

Refira-se ainda que no processo de Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito da consulta pública do Relatório Ambiental, foram recebidos contributos que visavam também o PGRH. As respetivas respostas foram tratadas no âmbito do referido processo, sendo que as sugestões com enquadramento no PGRH foram devidamente integradas nos documentos.

RESULTADOS:

Foram recebidos via e-mail/PARTICIPA contributos de 30 entidades/particulares, sendo a grande maioria de entidades da Administração Central, Regional ou local.

AVALIAÇÃO:

A avaliação global do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH é muito positiva. Relativamente ao procedimento homólogo do 2.º ciclo (20

	entidades/particulares), verificou-se um aumento de 50% no que se refere aos contributos recebidos o que demonstra um interesse e uma consciencialização crescentes sobre as temáticas da água. Estes pareceres foram objeto de análise e ponderação no âmbito da proposta do PGRH tendo sido integrados e contemplados todos os aspetos e contributos julgados pertinentes e eficazes. Grande parte dos contributos recebidos apresentam novas medidas que após ponderação foram, na sua maioria, integrados no Programa de Medidas do Plano.
--	---



4. BALANÇO GERAL

A identificação dos pontos fracos e fortes deste processo de participação pública assim como das ameaças e das oportunidades existentes constitui uma mais-valia importante para os futuros procedimentos de participação pública a promover pela APA.

Neste contexto o Quadro 4.1 apresenta a análise SWOT desenvolvida neste âmbito.

Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública

Pontos fracos	Ameaças
Pouca experiência da Administração Pública na promoção de Processos de Participação Pública dos PGRH	Falta de recursos humanos, financeiros e logísticos, vocacionados e direcionados para a implementação do processo de Participação Pública
Processo de mobilização da população para a participação pública é pouco atrativo	Abordagem de questões macro e demasiado técnica afasta participantes que pretendem expor/resolver questões particulares ou muito específicas
Processo muito direcionado ao setor público (Administração Central, Regional e Local)	Linguagem muito técnica
Pontos fortes	Oportunidades
Divulgação de informação nos vários canais/plataformas existentes, em particular no PARTICIPA, assegura a transmissão e disseminação do conhecimento	Aumentar o conhecimento partilhado dos problemas ambientais e do papel dos vários agentes na gestão da água
Envolvimento ativo de entidades e cidadãos nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de ações	Promover processos de tomada de decisão mais sustentados, diminuindo os conflitos por desconhecimento ou falta de informação e procurar consensos
Partilha de responsabilidades entre setores/Administração	Promover a liberdade de expressão, a democracia participativa e a responsabilização das entidades e cidadãos
Capacidade de tecnológica para os novos desafios provocados pela pandemia	Desenvolver novas formas de participação pública, nomeadamente, sessões públicas <i>online</i>

Numa análise global, pode concluir-se que este procedimento de participação pública foi bastante positivo, o interesse, em particular dos setores, do poder local e da sociedade civil em geral, tem sido crescente ao longo dos vários ciclos de planeamento.

Existe no entanto, ainda, um longo caminho a percorrer que assenta em três pontos essenciais:

- Necessidade de recursos humanos especializados em participação pública dentro da administração a trabalhar em exclusividade nestas matérias;
- Necessidade de recursos financeiros alocados especificamente à temática da participação pública uma vez que os montantes necessários não são menosprezáveis;
- Necessidade de meios de divulgação e de comunicação mais eficazes junto da sociedade civil.



ANEXOS

ANEXO I - Ficha de inscrição na(a) sessão(ões) de participação pública

Ficha de inscrição *online* para participação nas sessões públicas

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027

Versão provisória do PGRH

Sessão da região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis – 8.07.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

1. Qual o modo de participar na sessão?

Presencial ☐

Videoconferência ☐

2. Nome _____

3. E-mail _____

4. Concelho de residência: _____

5. Participa nesta sessão:

A título individual ☐

Em representação de uma entidade /organização ☐

Nome da organização/entidade _____

6. Como tomou conhecimento deste evento?

Site Institucional ☐

E-mail Institucional ☐

Comunicação social ☐

Participação em outro evento ☐

Recomendação de colega/ amigo ☐

Redes Sociais ☐

Outro Qual? _____

☐ Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação pública da 3ª fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica

Ficha de inscrição para participação na sessão *online* com os setores**PARTICIPAÇÃO PÚBLICA****3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027****Versão provisória do PGRH - Sessão com os setores****16.Nov.2022**

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

1. Nome _____

2. E-mail _____

3. Concelho de residência: _____

4. Participa nesta sessão:

A título individual ☐

Em representação de uma entidade /organização ☐

Nome da organização/entidade _____

5. Qual a sessão regional a que pretende assistir?

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiros do Oeste ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve ☐

☐ Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação pública da 3ª fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica

ANEXO II - Presenças na sessão pública do PGRH do Vouga, Mondego e Lis

Participante/Entidade
Alcindo Cardoso – DRAP Centro
Alexandra Brito - CAP
América Cristina Henriques Marques – DRAP Centro
Américo Ferreira Nogueira – CM Soure
Ana Camacho – Águas do Vouga
Ana Catarina Machado de Sousa – CM Figueira da Foz
Ana Catarina Pereira das Neves
Ana Esperança – CM Leiria
Ana Filipa Coelho – CM Oliveira do Hospital
Ana Maria Lopes
Ana Catarina Mariano
Ana Rita Ferreira
Andreia Franco
António Manuel Russo – AB Baixo Mondego
Armando Aníbal Santos Ferreira – CM Miranda do Corvo
Armando Fernandes Gomes
Bruno Alcaide
Carlos Miranda Cruz – ANEPC
Cláudia Almeida Azevedo – CM Oliveira de Azeméis
Cristiana Costa Claro – CTCV
Daniela Dias – CM Leiria
Dulce Pina Calado
Eduarda Figueiredo – CM Murtosa
Eduardo Ferreira – CM Albergaria-a-Velha
Fátima Laranjeira
Fernanda Gomes
Francisca Morgado e Cunha – AdP
Guilherme Rocha – DRAP C
Isabel Lopes
Isaura Silva
Joana Filipe
Joana Pinto Coelho – AdP
João Martins – CM Figueira da Foz
João Pardal – CM Coimbra
José Alberto Jordão
José António de Pinho Laranjeira
José Cangeiro – CCDR Norte
José Lopes – CIM-RC
José Manuel M. Azevedo
José Mário Mendes – CM Carregal do Sal

Participante/Entidade
Laura Costa – Navigator
Lia de Barros dos Reis
Luís António Dias Nogueira
Madalena Gonçalves – DRAP C
Maria Cremilde Pimentel – CM Soure
Mara da Conceição Cunha
Maria João Reis Capela – AdP
Maria José Reis
Maria Miguel Sousa – APIN
Maria Salomé de Almeida – APIN
Mariana Pais – CM Góis
Mário Ferreira
Marta Batista
Nelson Martins
Nelson Silva
Palmira Gaiola - AdP
Patrícia Alexandra Vala Carreira
Paula Vieira – CM Pombal
Paulo Berardo de Andrade – QUERCUS
Pedro Almeida
Pedro Brito – DGADR
Pedro Santos
Rui Andrade
Rute Santos – CM Vale de Cambra
Sérgio de Jesus Canoso
Sílvia Martins
Simone Martins
Sofia Dornellas – AdP
Sofia Bernardino – CM Condeixa-a-Nova
Sónia Oliveira – AdP
Teresa Fidélis - UA
Teresa Melo – IST UL
Vanessa Martins
Verónica Silva – CM Cantanhede

ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores

ENTIDADES INSCRITAS
ADENE
AdP Valor
ADVID
AdVT
AEP
AEPSA
Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos, EM
AGROTEJO
Águas da Figueira, S.A.
AdP - Águas de Portugal, S.A
Águas do Algarve, S.A.
Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A.
Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.
Águas do Centro Litoral, S.A.
Águas do Ribatejo
Águas e Energia do Porto, EM
Águas Públicas do Alentejo, S.A.
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANEPC - CDOS Beja
ANEPC - CDOS de Braga
ANEPC - CDOS de Vila Real
ANEPC - CDOS Porto
ANEPC - CDOS SANTARÉM
ANEPC - CREPC Algarve
ANEPC - CREPC Norte
ANP WWF Portugal
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela
APESB - Associação Portuguesa De Engenharia Sanitária E Ambiental
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.
APL, SA – Administração do Porto de Lisboa
APPITAD - Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro
APS, S.A. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve
APSS, SA . - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
AQUALOGUS, Engenharia e Ambiente, Lda.
ARBVLIS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis
Arneiros de Almeirim
Associação Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
Associação Beneficiários do Roxo
Associação de Agricultores do Ribatejo

ENTIDADES INSCRITAS
Associação de Beneficiários Baixo Mondego
Associação de Beneficiários da Cela
Associação de Beneficiários de Loures
Associação de Beneficiários do Lucefecit
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho da Guarda
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho o Sabugal
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga
Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor
Associação dos Agricultores do Ribatejo
Associação dos Beneficiários da Cova da Beira
Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve - ABPRSA
Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena (APAS)
Associação Turismo do Algarve
AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela
Bovisul
Câmara Municipal da Golegã
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Marco de Canaveses
Câmara Municipal de Matosinhos
Câmara Municipal do Porto - SMPC
CAMPOTEC - Comercialização e Consultadoria em Hortofrutícolas, SA
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CAP CIR TM
CCDR Algarve
CCDR LVT
CCDR Norte
Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)
CGA Terra Viva
CGEAEDCOA
CGEAV
Comunidade Intermunicipal do Cávado
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
Câmara Municipal de Mora
Comando Territorial de Faro da GNR
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ENTIDADES INSCRITAS
Comunidade Intermunicipal do Oeste
Confederação do Turismo de Portugal
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - DRAPAlg
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRAPC
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
EDP Gestão da Produção de Energia, SA
EPAL, SA
ERSAR
Esposende Ambiente, EM
FAGAR, E.M.
Federação Portuguesa de Golfe
FENAREG
Fluviário de Mora
FRUTOESTE, CRL
GEOTA
GNR/SEPNA
GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
IAPMEI
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
INOVA-EM
ISEG U. Lisboa
LNEG, IP
LPN – Liga para a Proteção da Natureza
Município de Amarante/Serv. Mun. P. Civil
Município de Paços de Ferreira
PantherCapacity Consultoria Unipessoal, Lda.
Primohorta, Lda
Proteger Grândola- Associação de Proteção do Ambiente
proTEJO - Movimento pelo Tejo
Provape CRL
Região de Turismo do Algarve
Revista Ecosocialismo
S2AquaCoLab
Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia
Serviço Municipal de Proteção Civil do Porto
SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas
SMAS Almada
SMPC - Município de Vila Nova de Gaia
Título individual

ENTIDADES INSCRITAS
Universidade de Aveiro
Universidade de Coimbra
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Universidade do Algarve
Universidade Nova de Lisboa

ANEXO IV - Fichas de avaliação da(a) sessão(ões) de participação pública

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH DO VOUGA, MONDEGO E LIS (RH4A)

FICHA DE AVALIAÇÃO

Coimbra

08. Julho.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica. O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

(Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	<i>(discordo)</i>			<i>(concordo)</i>	
	1	2	3	4	5
1. Existiu uma adequada divulgação da sessão					
2. A sessão foi esclarecedora					
3. A informação disponibilizada foi adequada					
4. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate					
5. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia					
6. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características					

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

FICHA DE AVALIAÇÃO

16.novembro.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica. O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em <https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais>.

1- A que sessão(ões) assistiu?

Sessão plenária ☐

Sessão plenária + debates setoriais ☐

Sessão plenária + debates setoriais + sessão regional ☐

Debates setoriais ☐

Sessão regional ☐

(Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo)		(concordo)		
	1	2	3	4	5
1. Existiu uma adequada divulgação da sessão					
2. As sessões foram esclarecedoras					
3. A informação disponibilizada foi adequada					
4. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate					
5. A possibilidade de participação de forma presencial ou por videoconferência é uma mais-valia					
6. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características					

2- Assinalar a sessão regional a que assistiu:

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte ☐

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiros do Oeste ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo ☐

PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve ☐

(Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações seguintes)

	(discordo)		(concordo)		
	1	2	3	4	5
1. A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas.					
2. A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam.					
3. A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional.					
4. A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia.					
5. Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características.					

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO V - Notas da sessão pública e da sessão setorial

SESSÃO REGIONAL

Coimbra, 8 de julho de 2022

O Auditório da ARH do Centro, em Coimbra, acolheu no dia 8 de julho de 2022, a sessão de participação pública da versão provisória do PGRH do Vouga, Mondego e Lis (RH4A) - 3º ciclo, tendo a mesma decorrido simultaneamente por meios telemáticos.

A sessão foi presidida pelo administrador regional da ARH do Centro, Nuno Bravo, que esteve acompanhado pela chefe da Divisão de Planeamento e Informação, Paula Garcia e contou com 86 inscrições prévias tendo estado efetivamente presentes 31 pessoas em modo presencial e 63 online.

A versão provisória do PGRH foi apresentado por Paula Garcia, nomeadamente as várias Partes que compõem o Plano, com particular destaque para a caracterização e diagnóstico (pressões, monitorização e estado das massas de água) e programa de medidas. Seguiu-se um período dedicado ao debate, que contou com a participação da chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do Departamento de Recursos Hídricos da APA, Fernanda Gomes, onde os participantes expuseram as suas preocupações e contributos e colocaram algumas questões.

As preocupações e contributos recebidos na sessão estiveram relacionados com os seguintes temas:

- Qualidade e quantidade de água (disponibilidades e eficiência hídrica);
- Espécies invasoras;
- Monitorização das massas de água;
- Cargas poluentes provenientes do setor agrícola.



SESSÃO SETORIAL

Porto, 16 de novembro de 2022

Realizou-se no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial *online* constituída por:

- Sessão plenária geral,
- Debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo)
- Debates regionais paralelos por ARH.

Os principais aspetos discutidos durante os períodos de debate são elencados seguidamente.

1. Debates setoriais

Setores agricultura, pecuária, agricultura e pescas

Paula Sarmento (assessora do Conselho de Administração da EDIA) – criaram-se zonas de infiltração ao longo das linhas de água com barreiras ativas no terreno (galerias ripícolas). Uma MA com muitos nutrientes prejudica muito as redes de rega e implica custos muito significativos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – parece que muitas destas ações são feitas a nível de voluntariado e de iniciativa desgarrada de entidades. Não devia ser feita de forma mais concertada e institucional?

José Salema (Presidente da EDIA) – a compostagem dos resíduos orgânicos (projeto URSA) na perspetiva da qualidade da água, para substituir a adubação química. A adubação orgânica é muito mais eficaz na transferência dos nutrientes para as plantas, apesar de providenciar cargas de NPK inferiores às dos adubos químicos. Já têm experiência de agricultores de olivais que mostram a eficácia desta adubação orgânica (diminuindo ou eliminando a adubação química). Acha que no futuro este projeto devia ser obrigatório. Portugal devia aumentar a produção agrícola, para aumentar o grau de aprovisionamento e independência. Tem de haver regadio no clima português (produz 5 a 6 vezes mais que o sequeiro), mas usando modelos com uma minimização da pegada ecológica.

André Lopes – (Oeste CIM) – já estão em curso projetos com apoio comunitário de compostagem, apesar da compostagem ser tão velha quanto a agricultura. Há técnicas agrícolas que promovem serviços de ecossistemas que não são remunerados. Esta remuneração podia ser uma via de incrementar estas boas práticas, incorporando as externalidades nos serviços.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – presume-se que está a fazer-se a circularidade, mas fica aquém das necessidades. As MA que atravessam os territórios agrícolas, que são as artérias e veias do sistema. Os serviços dependem da boa qualidade da galeria, que está em domínio público hídrico. Não parece haver, do ponto de vista de prática, gestão e legislação, incentivo ao agricultor para tomar conta da MA que está na sua propriedade e que tem custos anuais significativos. Os corredores fluviais são importantíssimos para a estrutura ecológica e são tamponizantes. Devia haver mais ligação entre o setor da água e a agricultura ao nível destes aspetos?

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – na região do Tejo as ribeiras não são limpas porque os proprietários não têm capacidade económica para o fazer e o Estado devia substituir-se a eles. Há falta de resposta da APA para fazer a limpeza das ribeiras, embora não saiba se os pedidos dos agricultores são feitos de forma correta. E no inverno, essa falta de limpeza promove inundações com perdas de vidas humanas. As infestantes são cada vez mais, as ribeiras estão atulhadas e facilmente galgam e destroem os terrenos. Fala-se muito dos incêndios e menos na limpeza das ribeiras. Muitas vezes as limpezas são mal feitas e limpa-se tudo,

removendo a vegetação ripícola. O Movimento ProTejo reconhece que aumentar o regadio é uma medida contraproducente. Enviou um documento técnico ao Ministério do Ambiente e que até hoje não obteve resposta. Teme que os técnicos estejam a fazer um imenso trabalho de levantamento de medidas e que depois não são implementadas por razões políticas e espera que esta sessão promova a sua implementação.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – a limpeza das ribeiras é muito consumidora em termos de dinheiro e é reconhecido na Europa que os setores públicos e privados têm de unir esforços porque individualmente não o conseguem.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – sempre que solicitado ou quando verificado pela fiscalização, é feita a limpeza de ribeiras. A APA tem feito imensos protocolos com municípios para renaturalização de linhas de água. Há, inclusive, um protocolo com a C.M. de Abrantes.

Inês Matos (AdRibatejo) – porque razão este foi o ano em que mais milho se cultivou no Ribatejo, sendo das mais consumidoras de água e com rega por aspersão, várias vezes por dia (4x), com temperaturas elevadas (40º às 15h), com elevada evaporação? Custa acreditar que não haja um tipo de rega mais adequada.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – uma componente é a procura ditada pelo mercado. Compete ao país, à administração, regular, para não haver desequilíbrios entre a oferta e a procura.

João Azevedo (CAP) – faz sentido não acumular a água que se perde para o mar? Não podemos criar açudes nas ribeiras para reforçar a recarga dos aquíferos?

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – Isso não é uma visão egoísta do ponto de vista das pescas. Esta é uma ideia do passado, completamente ultrapassada. Não é uma visão integrada. Quem está no mar não tem essa opinião, e as espécies que estão nos estuários e pretendem subir as MA?

Sílvia Pedro (MARE, Universidade de Évora) – o não chegar da água ao mar tem impacto direto na pesca das espécies migradoras, como a lampreia. Se não houver escorrências de água doce para o mar deixa de haver pistas para estas espécies diádromas subirem. Temos de apostar na conectividade longitudinal nos rios e ribeiras para as espécies migradoras fazerem o seu ciclo de vida. Não desvalorizar a água para agricultura, mas não esquecer as espécies piscícolas e o setor da pesca.

Alexandra Brito (CAP) – a ideia da CAP não é que a água não chegue ao mar, mas até lá há diversas atividades que necessitam da água antes de chegar ao mar. A preocupação é tentar armazenar do inverno para o verão, dos anos mais húmidos para os mais secos. Não se pode deixar a desertificação acontecer. Este ano ocorreu falta de cereais, pelo que importa apostar na soberania nacional a este nível.

André Lopes (Oeste CIM) – é preciso uma visão mais holística, a água, quando chega à foz, ao mar, ela transporta nutrientes e sedimentos também muito importantes para fomentar a proliferação de espécies e evitar erosão costeira, respetivamente.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – devíamos basear-nos mais nas castanhas (hidratos de carbono nacionais) e menos nos cereais importados. Atenção que as aquaculturas beneficiam do transporte dos nutrientes, mas esses mesmos nutrientes diminuem a qualidade das MA à luz da DQA.

Lorenzo Quaglietta (ISA) – todos os Estados-Membro da UE pretendem restaurar a continuidade fluvial (25 000 km, que pode vir a subir para 50 000 km). A construção de açudes e barragens não vai ao encontro deste desígnio, pois altera a movimentação de peixes e a sedimentação na costa. Temos de ponderar reduzir/acabar a agricultura intensiva onde não há água porque o clima não o permite.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há barreiras interessantes, que podem, em pegos, manter espécies no verão. Assim, não se deve ser taxativo em dizer não às barreiras. As barreiras obsoletas é que deviam ser destruídas (os Espanhóis já o fizeram a 6000) e só em Almançor há 28 que deviam ser destruídas.

Não se tem feito muita coisa nas hidromorfológicas. É preciso avaliar a barreira (objetivo, dimensão, contexto hidromorfológico).

Ana Silva – porque é que a biodiversidade é importante? Não é salvar espécies em particular, mas sim salvaguardar as condições que favorecem o bom funcionamento dos ciclos ecológicos e que a vida na Terra floresça e não haja um permanente constrangimento à sobrevivência das espécies, inclusive a humana. A agricultura devia apostar em mais castanhas, mais leguminosas, menos vinho, menos tomate, menos azeite. A importância dos microrganismos na vitalidade dos solos é absolutamente fundamental, até para a sua capacidade de reter água. Tem de haver maior empenho em aumentar os níveis de investigação e fazer chegar o conhecimento aos agricultores, a par do apoio financeiro, porque a transição agrícola e energética são urgentes e estão integradas. A florestação é fundamental para a retenção da água nos solos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola tem um novo discurso e uma nova forma de estar (50% na diminuição de pesticidas). O problema é implementar.

Pedro Coelho (ARH Algarve) – a manutenção da rede hidrográfica devia ficar com outra responsabilidade. Qual o papel das associações de regantes a este nível? Não deviam intervir também na gestão da procura? Não deviam flexibilizar as culturas que estão instaladas, promovendo uma adequação das espécies do perímetro à dotação prevista na concessão? Estão preparados para estes desafios?

Rosa Amador (Associação da Viticultura Douricense - ADVID) – a agricultura quer que haja equilíbrio para tomar decisões com fundamento no conhecimento. As áreas de vitivinicultura estão no interior, nas áreas mais desertificadas, pois sem população há mais incêndios, mas também menos biodiversidade. A vinha não era regada até há bem pouco tempo. Regam a quantidade necessária e suficiente em função da qualidade do vinho, por gota a gota, com dotações inferiores à evapotranspiração potencial. Tentar gerir o stress hídrico na primavera e no verão. O vinho dá 1000 milhões de euros de exportações. Estão a desenvolver projetos para usar ApR. Tem-se investido muito na quantidade de água, mas também na qualidade (manutenção de sebes e de galerias ripícolas, retenção de terras). Quando mais transferência de conhecimento melhor, sendo importante deixar de nos guiarmos por preconceitos.

Paula Sarmento (EDIA) – a rede de drenagem dos aproveitamentos hidroagrícolas sofreram uma grande evolução. Quando foi implementado o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos o investimento era na reabilitação das linhas de água que atravessavam a área de influência do aproveitamento hidroagrícolas. Era importante que o Fundo Ambiental continuasse a definir como prioridade estas intervenções.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muitos sítios onde está a ser feita recuperação das linhas de água, mas de forma pontual e é preciso adquirir escala, mais continuada e mais consistente no tempo, senão a dimensão dos trabalhos acaba por ser um grande esforço, mas que fica aquém.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – devia haver estratégias regionais de reabilitação fluvial. Assentar só no protocolo com municípios não é suficiente, o Fundo Ambiental não tem verba para tudo. Não tem sido possível fazer essa ligação aos aproveitamentos hidroagrícolas. Espanha tem uma estratégia nacional e é assim que tem de funcionar.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – em alguns rios isto pode ser feito pelo restauro passivo, diminuindo as pressões.

Ana Silva (ProTejo) – as alterações climáticas são mais a consequência do que a causa dos problemas. A APA fez um bom trabalho nas medidas propostas para o plano.

Judite Fernandes – problema sério de recarga de aquíferos, que pressupõe infiltração ao longo do tempo. Os solos estão pobres em matéria orgânica, pelo que a recarga também vai diminuir por esta via e não só pela seca. A recuperação do solo é fundamental. Como é que devemos conter a água para recarregar

aquíferos, para não se ter de reforçar as captações subterrâneas abaixo do nível freático. Apostar no ordenamento hídrico:

- na campina de Faro, existe a Vitacress com plano de água para a cultura de agriões;
- nos PDM, que estão a ser revistos, ainda há barbaridades, como a tentativa da diminuição das áreas estratégicas de recarga de aquíferas, como as alagoas brancas em Lagoa para fazer um *Retail Park*.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o problema da recarga de aquíferos e de controlo da erosão é que são muito pontuais, quando deveriam ser feitas de forma generalizada e continuada.

Manuel Moreira (Direção SEPNA) – parabéns à APA pelos PGRH. Houve 2 decisões administrativas da APA que deram 2 míseras admoestações. As captações ilegais são graves e assim perde-se a capacidade de dissuasão dos infratores. A sanção devia ser mais adequada, pois frustra o trabalho dos fiscalizadores.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – até que ponto podemos usar os ecorregimes, como as associações de regantes, para ajudar a reabilitar as linhas de água? Que outros mecanismos?

Alexandra Brito (CAP) – os ecorregimes têm pouca adesão, pois havia limitações porque a área mínima de intervenção não era compatível com agricultores individuais, mas não sabe como está atualmente.

André Lopes (Oeste SIM) – talvez fosse benéfico tentar separar mais o setor pecuário do agrícola, até para se poder melhor como agir e propor boas práticas.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola não precisa de ApR todo o ano. Como aumentar a quantidade de água reutilizada?

António Gomes – tem aproveitamento de 1000 ha no Centro. Gasta ¼ a regar amendoal do que a regar milho. Gastam 2500 m³/ha e só no princípio de agosto é que o olival precisa de água.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muito a fazer, cada setor está a fazer o que pode, não pode fazer sozinho, tem de ter apoio.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – o AH da Cova da Beira tem origem de água na albufeira da Meimoa. Partilhou foto de rega por aspersão com alagamento e durante o dia. Há muito a fazer.

Felisbina Quadrado (APA) – as boas práticas têm de ser divulgadas. As soluções individualizadas devem dar ligar a coletivas, para se olhar mais uma região e aumentar a eficiência.

Setores indústria e energia

Filipa Newton (ADENE) – a empresa da indústria têxtil reduziu em 30% o consumo de água em 3 anos e mais e 24% no último ano. Assim, é possível, com monitorização, atingir poupanças extraordinárias. O acesso ao financiamento europeu também vai começar a ser limitado quando as empresas não são eficientes no uso da água. Como preparar as empresas a serem mais resilientes no consumo de água: há um papel da administração pública, mas também da própria indústria.

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – proliferação de zonas indústrias não compatíveis com a ETAR para a qual os efluentes industriais são encaminhados. Ecoparque de Galvão, em que os lixiviados são canalizados para 2 lagoas e sem sistema de retenção de segurança, pois uma delas rompeu e o efluente espalhou-se por zonas agrícolas. Há outra zona industrial com sistema de drenagem que abateu.

Filipa Newton (ADENE) – as empresas têm de investir nos sistemas de segurança e tratamento dos seus efluentes, no âmbito do princípio do poluidor-pagador.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a redundância de segurança é impossível de instalar. É como se devesse haver uma barragem para proteger a destruição de outra. Há regulamentos de descarga, mas tem de haver fiscalização, para proteger a ETAR a jusante. Extrapolar o método Pinch, usada pela indústria para maximizar a eficiência energética, para a eficiência hídrica. A indústria não tem de usar água própria para consumo humano se tal não é necessário. A utilização, ainda que sazonalmente, de ApR, apesar de ainda ter um custo energético mais elevado que o uso de água potável, tem o enorme benefício da gestão racional, promovendo a sustentabilidade e o uso racional.

Filipa Newton (ADENE) – esse aumento de custo energético pode ser feita ao nível do uso de energia renovável, para o qual existe apoios financeiros disponíveis.

Inês Matos (AdRibatejo) – zona rural onde a indústria é sobretudo no setor agroalimentar. Geram o sistema em alta e baixa. Têm regulamento de descarga ao sistema de água residual. Não é a indústria na malha urbana que causa grandes problemas, exceto algumas descargas pontuais de oficinas de automóveis. A responsabilidade do pré-tratamento é da indústria, embora a AdRibatejo possa aconselhar no pré-tratamento. Nada funciona melhor do que tapar o ramal de descarga de uma indústria, que leva ao encerramento temporário da fábrica. Aconselhou a ler a última edição da revista da APDA sobre o nexus água-energia. Quanta água é precisa para produzir 1 kWh com hidrogénio verde? São necessário de 9 L de água/ kg de hidrogénio.

Filipa Newton (ADENE) - é hidrogénio verde porque não é produzido a partir de combustíveis fósseis e também importa não usar águas próprias para a produção de água para consumo humano. As indústrias quando pensaram no uso do hidrogénio não ponderam a fonte de abastecimento de água para o processo.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a AdRibatejo abrangem a alta e a baixa de água e saneamento, razão pela qual consegue controlar. Mas normalmente não acontece assim. Mais de 50% das águas residuais podem ser descarregadas para uma rede de drenagem em que não é feito qualquer controlo.

Simone Pio (AdP) – necessidade de pré-tratamento para reduzir a carga afluyente ao sistema de drenagem. Têm uma indústria num parque industrial cuja descarga está tamponada. Deve haver uma melhoria da monitorização. Devem usar-se os agentes locais para uma monitorização mais dinâmica e mais flexível dos recursos. Ficou admirada com o trabalho que ainda é preciso ser feito ao nível da necessidade de melhoria das MA.

Ana Silva (Movimento ProTejo) – necessidade de rever o regulamento das edificações urbanas e industriais. Necessidade de separar águas pluviais, águas cinzentas e águas negras, que podem ser recursos.

Inês Matos (AdRibatejo) - os parâmetros que estão a ser analisados nas MA, responsáveis pelo mau estado, deviam ser publicitados.

Anabela Rebelo (APA) – indicador de circularidade para a APA - Rede IMPEL – Projeto WINE, para ser aplicável da indústria ao produto, nexus água-energia-alimentação-ecossistemas.

Felisbina Quadrado (APA) – há vários parâmetros de monitorização, mas não são novos, como os nutrientes. Estamos aqui todos para usar melhor o nosso dinheiro/esforço para atingir o desafio, quer em quantidade, quer em qualidade.

Setores urbano e turismo

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – A qualidade das MA para o setor é importantíssima porque, não pondo em causa a qualidade da água para consumo humano (ou outros), exige um custo de operação do tratamento significativamente superior. Antigamente não era necessário haver preocupação com as origens, pois não se reconhecia a escassez. A diminuição dos recursos disponíveis a questão da origem

ganha uma dimensão ainda mais premente. As perdas não são apenas penalizantes para os recursos disponíveis, mas sim, também, para a energia. Há muitas perdas em baixa, mas já se está a fazer muito. A EPAL, ao nível das perdas no sistema, é a lebre.

Temos 30 anos de evolução. Qualidade e quantidade de água para abastecimento; recolha e tratamento dos efluentes

Atores/momentos: municípios; adesão à UE, fundos comunitários; Águas de Portugal; APA/ERSAR

Trabalhar para as populações numa lógica de saúde pública. Não pode haver mais interessado na qualidade das MA do que o setor urbano

Essencial a relação com a energia

Nuno Medeiros (EPAL e AdVT) – na AdVT trabalharam a escassez da parte da procura. Importa diferenciar o paradigma da água não faturada. As perdas são uma ineficiência, mas a água faturada também. Há que distinguir as perdas reais dos usos autorizados não faturados (medidos ou não). Têm conseguido alcançar resultados extraordinários nas redes em baixa. Reabilitar as redes é a forma mais cara de diminuir as perdas. O pedido é para arranjar mais oferta, mas não é fácil.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) - Confunde-se as perdas reais com a água não faturada e isso é muito prejudicial. Captações de 300-400 L/hab.dia também são captações que traduzem perdas muito significativas.

Joana Pinto Coelho (AdP Valor) – agradeceu a articulação com a APA e outros parceiros. PGRH do 2.º ciclo que se prolongam para o 3.º ciclo assumem 80% das medidas. 60% das medidas do 2.º ciclo. Os parâmetros que contribuem para o mau estado das MA, sobretudo os nutrientes. Pretendem promover a circularidade do setor e a simbiose entre os diversos setores da água. Gostava de ver o nexus água-energia refletido no PGRH do 3.º ciclo. Estão a trabalhar na ApR e necessitam de mais regulação. Têm alguns projetos, incluindo de utilização de ApR na agricultura, sempre numa perspetiva colaborativa de partilha de conhecimento e recursos. A 28 e 29 de nov. decorrerão as Jornadas da Engenharia, onde vão ser trabalhados muitos temas que são desafios do setor, incluindo a dessalinização: jornadasadp.pt.

Inês Matos (AdRibatejo) – é premente a revisão e atualização do regulamento de distribuição de água que é de 1993.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – tem pena que não tenha surgido nenhuma empresa em baixa sobre as perdas. As casas em zonas elevadas tinham cisternas para utilizar água para fins menos nobres e é preciso recuperar estas práticas. As empresas em alta já o fazem, mas tardam essas situações nas casas. A ApR acaba por ser uma nova origem.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – terminámos o ciclo de promover as infraestruturas, aumentar os índices de atendimento e temos de entrar no ciclo de reabilitação dos sistemas, que muitos já têm mais de 30 anos. O grau de sistema unitário ainda é muito elevado, pois são sistemas separativos na prática, mas unitários em muitos casos, designadamente em alta, onde se dá a concentração das aflúências indevidas. Há sistemas que em situação de pluviosidade nem sequer têm capacidade de transporte e com matérias da época, como uma erosão, desgaste ainda maior, levando à necessidade da substituição quase integral das condutas. As aflúências indevidas têm dupla consequência: nas ETAR e nas condutas. Outra consequência das aflúências indevidas é o consumo energético a que as ETAR são sujeitas. Por vezes, o afluente à ETAR, devido às aflúências indevidas são idênticas às da licença de descarga. Com gastos energéticos enormes e improdutivos, devido aos tempos de retenção mínimos nos diferentes órgãos de tratamento. As licenças de captação de água não são facultadas às EG da baixa. Essas indústrias não pagam o saneamento na captação, porque é independente, mas descarregam na rede e não pagam por isso. Está a fazer trabalhos de cadastro.

Também não se dispõe do licenciamento industrial. Isto dificulta à EG da baixa o controle das afluências indevidas. A captação para o dimensionamento das ETAR foram demasiado.

Felisbina Quadrado (APA) – a APA não se importa de disponibilizar os dados de licenças, com a devida proteção dos dados.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – a articulação entre a alta e a baixa é essencial.

Patrícia Malta Dias (ADENE) – gera a iniciativa AQUA+ da ADENE para os edifícios. E já há projetos a nível europeu.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – a gestão das áreas urbanas, em pequenas comunidades, devia ser alargada para as zonas verdes.

Ana Silva – WC secos e necessidade de atribuição de certificados de eficiência hídrica para discriminação positiva ao nível das tarifas de IMI, por exemplo.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – aumento de empreendimentos turísticos no litoral alentejano no concelho de Grândola, que podiam ter sistemas de reutilização interna.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – concorda com a metodologia dos certificados hídricos, mas existindo o sistema dual predial, havendo quem pode fazer a certificação a esse nível, parece-lhe que para os condomínios fechados, condomínios de grande dimensão e empreendimentos turísticos de raiz, estes sistemas duais podiam ser implementados sem onerar significativamente o custo total. Devia haver um regulamento que este sistema dual fosse obrigatoriamente implementado, quer por regulamentos municipais ou nacionais.

Que entidades estão habilitadas a fazer a análise de risco para licenciamento da ApR?

Anabela Rebelo (APA) – o guia da avaliação de risco foi publicado 1 mês depois do diploma, para além de existir uma norma ISO para esse efeito. Não se pensou na acreditação de entidades para a avaliação de risco, porque basta uma equipa de doutores e engenheiros para o fazer. A Isso não refere certificação.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – conhece o guia e as regras, mas isso a não satisfaz. A APA publicou um referencial, mas como sabemos se foi bem ou mal usado, como podemos ficar tranquilos?

Anabela Rebelo (APA) – existe um regulamento também para a reutilização para a agricultura, a Comissão não prevê a acreditação de entidades para esse efeito.

Inês Matos (AdRibatejo) – uma avaliação de risco é um exercício difícil e cada caso é um caso. Parte muito da sensibilidade das pessoas envolvidas. Não é uma simples fórmula de engenharia.

Pedro Coelho (APA – ARH Algarve) – mais 2 golfs a regar com ApR em Castro Marim. Estão a promover utilizações de ApR para usos urbanos não potáveis.

Marisa Viriato – a utilização de ApR é uma necessidade incontornável no Algarve.

2. Debate regional

A sessão foi presidida pelo Administrador Regional da ARH do Centro, Nuno Bravo, que esteve acompanhado pela chefe da Divisão de Planeamento e Informação, Paula Garcia. Inscreveram-se 38 entidades/particulares.

Paula Garcia apresentou as principais conclusões do Plano, com particular destaque para a caracterização e diagnóstico (pressões, monitorização e estado das massas de água), para o programa de medidas e apontou os problemas mais relevantes na RH4A e os principais desafios para a gestão dos recursos hídricos da Região durante a vigência do Plano.

Finda a apresentação decorreu um período de debate com diversas questões relacionadas com o setor agrícola (zonas vulneráveis, valorização agrícola, impacte do setor pecuária/agricultura), com o setor urbano (problemas ligados aos sistemas de tratamento, redes pluviais, descargas indevidas) e com as pressões hidromorfológicas.

Contou ainda com a participação/contributos da chefe da Divisão de Planeamento e Gestão da Água do Departamento de Recursos Hídricos, Fernanda Gomes.

ANEXO VI - Fichas de Contributos

ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica

PARECER SOBRE O PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS (RH4A) – 3º Ciclo - 2022-2027

O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas, bem como compatibilizar as utilizações deste recurso com as suas disponibilidades, de forma a garantir a sua utilização sustentável.

O Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) constitui o instrumento de excelência para a gestão dos recursos hídricos, fundamental para a garantia de qualidade de vida e de desenvolvimento dos setores.

Dando cumprimento ao estipulado na Diretiva Quadro da Água (DQA) e na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual) (LA), a atualização e revisão necessária para o 3.º ciclo de planeamento, para vigorar no período 2022-2027, implicou várias fases de trabalho:

- 1) A elaboração do calendário e programa de trabalhos para a elaboração do PGRH, com o respetivo procedimento de participação pública decorreu durante 6 meses;
- 2) A atualização da caracterização das massas de água (MA) com a identificação das pressões e descrição dos impactes significativos da atividade humana sobre o estado das MA e a análise económica das utilizações da água (artigo 5.º da DQA e do artigo 29.º da LA);
- 3) A síntese das questões significativas relativas à gestão da água (QSiGA) identificadas na RH4A com a respetiva fase de consulta pública;
- 4) A fase de elaboração do projeto do PGRH, incluindo o respetivo programa de medidas, e respetivo período de consulta pública.

Nas várias fases do processo de elaboração do Plano, foram disponibilizadas no site da APA, IP e no Portal PARTICIPA, os vários documentos e as versões de proposta do Plano, por forma a possibilitar uma efetiva participação dos conselheiros e do público em geral. Foi também disponibilizado um Geovisualizador com a informação relativa às pressões, ao estado das massas de água e aos objetivos ambientais.

Nos termos da Portaria n.º 1284/2009, de 19 de outubro, o PGRH é constituído pela seguinte estrutura e conteúdos:

- Parte 1 – Enquadramento e Aspectos gerais - Descreve o enquadramento legal e institucional do processo de planeamento, os objetivos dos planos, os princípios de planeamento e gestão de

recursos hídricos, a metodologia de elaboração e a estrutura do plano. Contém ainda uma síntese da implementação do PGRH do 2.º ciclo e um balanço desse ciclo com orientações para o 3.º ciclo.

- Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico - A caracterização detalhada da RH4A nomeadamente nas seguintes temáticas: massas de água; zonas protegidas; pressões sobre as massas de água; programas de monitorização; classificação do estado das massas de água; disponibilidades e necessidades de água; alterações climáticas; eventos extremos; perigos e riscos; diagnóstico.
- Parte 3 – Análise Económica das Utilizações da Água - avalia a importância socioeconómica das utilizações da água em diversos setores e integra uma avaliação do nível de recuperação de custos dos serviços de água, bem como uma análise das políticas de preços.
- Parte 4 – Cenários Prospetivos - avalia as tendências dos setores que influenciam as pressões e os impactos gerados pelas utilizações da água e tendo como base a análise de cenários prospetivos, avalia a evolução das pressões.
- Parte 5 – Objetivos - define os objetivos ambientais para as várias massas de água, articulando com o determinado no 2.º ciclo de planeamento e identificando os motivos dos desvios sempre que ocorram. São ainda identificadas, e justificadas, as situações em que exista a necessidade de prorrogar os prazos para atingir o bom estado, visando uma realização gradual dos objetivos para as massas de água.
- Parte 6 – Programas de Medidas - são apresentadas as medidas de base, as medidas suplementares e as medidas adicionais, quer regionais, quer específicas, consideradas necessárias para atingir os objetivos preconizados para as massas de água, articulando com as que foram definidas, implementadas ou ainda em curso relativas ao 2.º ciclo e suportadas pelas análises custo-benefício e custo-eficácia.
- Parte 7 – Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação - inclui um conjunto de indicadores de avaliação das medidas e o modelo de promoção e acompanhamento do PGRH.
- Relatório Ambiental - Avaliação Ambiental Estratégica
- Relatório de Participação Pública

O Conselho de Região Hidrográfica do Centro (CRH do Centro) acompanhou o processo de elaboração do PGRH do Vouga, Mondego e Lis (RH4A) desde as fases iniciais de desenvolvimento dos trabalhos. Os membros do CRH tiveram oportunidade de se pronunciar sobre o avanço dos trabalhos, tendo efetuado comentários e sugestões construtivas que foram incorporadas nos documentos, nos sucessivos estágios de evolução do Plano.

Os dados de base, resultados obtidos e conclusões e as principais opções estratégicas deste PGRH foram disponibilizados, apresentados e discutidos em reuniões do CRH do Centro, nomeadamente:

- em 17 de abril de 2019 - I CRH Extraordinário, em Torres Novas, para a análise nacional dos resultados da avaliação intercalar da implementação das medidas do 2.º ciclo dos PGRH, a apresentação da 1.ª fase do 3.º ciclo dos PGRH (Calendário e Programa de Trabalhos) e a apresentação da estratégia para elaboração da 2.ª fase do 3.º ciclo dos PGRH (Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA) e Relatório de Caracterização da Região Hidrográfica (Art.º 5.º da DQA));
- em 4 de outubro de 2019 – através de correio eletrónico foram remetidas aos Conselheiros as QSiGA identificadas na RH4A para a sua análise e possíveis contributos;
- em 11 de Dezembro de 2019 - 10º CRH do Centro focalizado para a apresentação do relatório das QSiGA da RH4A;
- em 14 de junho de 2022 – foi dado conhecimento, via correio eletrónico, dos documentos disponíveis, no Participa, no âmbito da participação pública;
- em 28 de junho de 2022 - II CRH Extraordinário, por videoconferência, onde foi apresentada a versão provisória dos PGRH a colocar a participação pública.

O envolvimento dos *stakeholders* e do público em geral é fundamental para contribuir para uma tomada de decisão consciente. No desenvolvimento deste PGRH as fases de Participação Pública tiveram os seguintes momentos:

- entre 22 de dezembro de 2018 e 22 de junho de 2019 foi disponibilizado o calendário e programa de trabalhos;
- entre 22 de dezembro de 2019 e 15 setembro de 2020, decorreu a segunda fase relativa à identificação das QSiGA;
- entre 25 de janeiro e 30 de dezembro de 2022, teve lugar a terceira fase onde foi disponibilizada a versão provisória do PGRH.
- entre 2 de fevereiro e 15 de março de 2023, estão em fase de participação os documentos referentes à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) - o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

Ainda no âmbito da participação pública foram realizadas 4 sessões de de apresentação da proposta do PGRH:

- em 8 de julho de 2020 - Sessão de Participação Pública, em Coimbra, para apresentação das QSiGA identificadas na RH4A.
- em 8 de julho de 2022 - Sessão de Participação Pública, em Coimbra, para a apresentação da versão provisória do PGRH da RH4A.
- em 16 de novembro de 2022 - Sessão de Participação Pública, vocacionada para os setores, por videoconferência.

- em 6 de dezembro de 2022 – Sessão por videoconferência com setor agricultura, promovida pela Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP).

Alguns membros do atual CRH do Centro participaram nas sessões de discussão do PGRH que se realizaram no decurso do processo de elaboração do Plano e/ou participaram na elaboração dos pareceres emitidos pelas instituições que representam, tendo dado o seu contributo para a discussão dos aspetos em análise e para a validação da informação produzida.

O CRH do Centro vê com bom grado que os contributos recolhidos neste âmbito foram, na generalidade, incorporados nas várias peças que compõem o Plano.

As questões mais relevantes ao longo do processo relacionaram-se com:

- a classificação do estado das massas de água, verificando-se um decréscimo da percentagem de massas de água, quer superficiais quer subterrâneas, em estado global Bom ou superior, relativamente ao 2º ciclo;
- a análise da relação de causalidade entre impacte/pressão/estado e o(s) setor(es) responsável(is);
- as consequências das alterações climáticas e seus impactes na RH4A;
- os impactos dos riscos associados à erosão costeira e aos incêndios;
- a diminuição das disponibilidades hídricas vs abastecimento de água;
- a proliferação de espécies exóticas invasoras, com destaque para o jacinto-de-água;
- os aspetos económicos e financeiros, dada a importância socioeconómica das utilizações da água em diversos setores;
- a promoção da eficiência na utilização da água e o papel das diferentes entidades na prossecução dos objetivos estabelecidos.

Face a estas questões, consideram-se como principais desafios para a gestão dos recursos hídricos da Região no 3º ciclo de planeamento e para a prossecução dos objetivos ambientais:

- a redução de descargas no meio hídrico e no solo com impacte na qualidade das águas superficiais e subterrâneas;
- maior exigência no tratamento de águas residuais urbanas;
- a otimização da gestão dos sistemas de abastecimento de água;
- a implementação de origens de água alternativas (ApR);
- a promoção do uso eficiente da água;
- a implementação de ações de reabilitação dos sistemas ribeirinhos como contributo para alcançar o bom estado ecológico das massas de água, com vista a valorizar os ecossistemas e a biodiversidade, a minimizar os riscos de inundação e os efeitos da escorrência em áreas ardidas;
- a implementação de projetos para proteção e mitigação da erosão costeira;
- o controlo e monitorização das ocorrências de espécies invasoras;
- a articulação entre os setores;
- ações de literacia e consciencialização das comunidades para as questões da água.

A definição do Programa de Medidas é o aspeto crucial para avançar no cumprimento dos objetivos ambientais definidos para as massas de água até 2027.

Apesar das melhorias contínuas na proteção das massas de água, a RH4A está longe dos objetivos definidos, uma vez que apenas 48% das massas de água superficiais e 68% das massas de água subterrâneas alcançaram o bom estado, considerando-se que a reversão desta tendência depende da implementação: de medidas de mitigação para lidar com as pressões atuais; de medidas de restauração para lidar com as pressões que resultam de passivo ambiental, como modificações hidromorfológicas e poluição química; da integração dos objetivos da água nas políticas setoriais.

Acresce que os efeitos das alterações climáticas têm vindo a dificultar o atingir dos objetivos ambientais, pelo que é fundamental a avaliação dos riscos climáticos e incluir medidas de adaptação.

As medidas definidas neste Plano, regionais e específicas, pretendem constituir as soluções para os problemas identificados. O maior número de medidas centra-se no eixo PTE1 'Redução ou eliminação de cargas poluentes', que visa a diminuição das pressões pontuais e difusas.

Em termos do número de massas de água abrangidas, são relevantes as medidas dos eixos PTE2 'Promoção da sustentabilidade das captações de água', PTE3 'Minimização de alterações hidromorfológicas', PTE4 'Controlo de espécies exóticas e pragas' e PTE5 'Minimização de riscos'.

Importa no futuro assegurar as condições para garantir um eficaz acompanhamento e monitorização da implementação do Plano, por forma a promover uma lógica de melhoria contínua no processo de planeamento dos recursos hídricos na Região.

Em conclusão, o CRH do Centro considera que os documentos que constituem o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A) - 3º Ciclo - 2022-2027 cumprem os requisitos estabelecidos na Lei da Água e na Portaria nº 1284/2009, de 19 de outubro, emitindo **parecer favorável** à sua aprovação.

Conselho de Região Hidrográfica do Centro

Coimbra, 24 de fevereiro de 2023